



Informativo VIGISOLO

Destaques desta edição:

- Estudo publicado pelo JAMA relaciona consumo de alimentos orgânicos e redução de câncer;
- Por menos veneno e mais saúde – INCA condena a “PL do veneno”;
- Aproximação entre profissionais de saúde e a produção agroecológica;
- Tese identifica os agrotóxicos prioritários para a vigilância da água de consumo humano;
- Intoxicações por glifosato aumentam no Brasil;
- Mais de 50 casos de intoxicação por agrotóxico em um município do Paraná.

Boa leitura!

Feliz 2019!

ESTUDO PUBLICADO PELO JAMA RELACIONA CONSUMO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E REDUÇÃO DE CÂNCER



No último mês de outubro, a revista científica Journal of the American Medical Association (JAMA) publicou a pesquisa sobre a associação entre o consumo de alimento orgânico com o risco de câncer em uma coorte de adultos franceses. Os autores concluíram que uma alta frequência de consumo de alimentos orgânicos está associada com um reduzido risco de câncer.

Os alimentos orgânicos vêm conquistando cada vez mais produtores e consumidores, principalmente pelo reconhecimento de que a utilização de agrotóxicos pode causar problemas à saúde e ao meio ambiente. Entre os consumidores, os benefícios para a saúde são a principal motivação para o consumo de orgânicos, conforme demonstrado no estudo realizado em 2017 pelo Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável, em parceria com o instituto de pesquisa e opinião pública Market Analysis.

A pesquisa pode ser acessada em:

<https://jamanetwork.com/journals/jamainternalmedicine/abstract/2707948>

JAMA Internal Medicine | Original Investigation
Association of Frequency of Organic Food Consumption With Cancer Risk
Findings From the NutriNet-Santé Prospective Cohort Study

Julia Baumy, PhD, Karen E. Asmann, PhD, Mathilde Touvier, PhD, Benjamin Miles, PhD, Louise Secours, MSc, Paula Latino-Marini, PhD, Khalid Zazoua, MD, PhD, Pilar Galan, MD, PhD, Serge Hercberg, MD, PhD, Denis Lairon, PhD, Emmanuelle Kesse-Guyot, PhD

IMPORTANCE Although organic foods are less likely to contain pesticide residues than conventional foods, few studies have examined the association of organic food consumption with cancer risk.

OBJECTIVE To prospectively investigate the association between organic food consumption and the risk of cancer in a large cohort of French adults.

DESIGN, SETTING, AND PARTICIPANTS In this population-based prospective cohort study among French adult volunteers, data were included from participants with available information on organic food consumption frequency and dietary intake. For 16 products, participants reported their consumption frequency of labeled organic foods (never, occasionally, or most of the time). An organic food score was then computed (range, 0–32 points). The follow-up dates were May 10, 2009, to November 30, 2016.

MAIN OUTCOMES AND MEASURES This study estimated the risk of cancer in association with the organic food score (modeled as quartiles) using Cox proportional hazards regression models adjusted for potential cancer risk factors.

RESULTS Among 68 946 participants (78.0% female, mean [SD] age at baseline, 44.2 [14.5] years), 1340 first incident cancer cases were identified during follow-up, with the most prevalent being 459 breast cancers, 180 prostate cancers, 135 skin cancers, 99 colorectal cancers, 47 non-Hodgkin lymphomas, and 15 other lymphomas. High organic food scores were inversely associated with the overall risk of cancer (hazard ratio for quartile 4 vs quartile 1, 0.76; 95% CI, 0.63–0.98; P for trend = .001; absolute risk reduction, 0.0%; hazard ratio for a 5-point increase, 0.92; 95% CI, 0.88–0.96).

CONCLUSIONS AND RELEVANCE A higher frequency of organic food consumption was associated with a reduced risk of cancer. Although the study findings need to be confirmed, promoting organic food consumption in the general population could be a promising preventive strategy against cancer.

Author Affiliations—Author affiliations are listed at the end of this article.
Corresponding Author: Julia Baumy, PhD, Centre de Recherche Epidemiologie et Statistique Sorbonne Paris Cité, Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale (INSERM) U1153, Institut National de la Recherche Agronomique (INRA) U1213, Conservatoire National des Arts et Métiers, Université Paris 13, Equipe de Recherche en Epidemiologie Nutritionnelle, 75013 Paris Cedex 13, France (jbaumy@genes.sorbonne-paris13.fr).

JAMA Intern Med. doi:10.1001/jamainternalmedicine.2018.4387
Published online October 22, 2018.

© 2018 American Medical Association. All rights reserved.

POR MENOS VENENO E MAIS SAÚDE – INCA CONDENA A “PL DO VENENO”

Com a reportagem de capa da Revista Rede Câncer de novembro, o Instituto Nacional do Câncer (INCA) traz um assunto de grande relevância nacional, já abordado em edições anteriores deste informativo.

O Projeto de Lei (PL) 6.299/2002, conhecido como “PL do Veneno”, propõe alterações na atual legislação que rege o uso de agrotóxicos no Brasil. O próximo passo é a votação no Plenário da Câmara, por enquanto, sem data para acontecer. Instituições científicas, de saúde e de meio ambiente, como INCA, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), condenam a mudança da legislação, o que, segundo pesquisadores que trabalham com essa temática, seria um retrocesso perigoso no Brasil, um dos países que mais consomem agrotóxicos no mundo.



Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), não há nível seguro de exposição a essas substâncias, ou seja, não é possível eliminar o risco de desenvolver câncer ao usá-las, independentemente da quantidade, devido ao seu potencial mutagênico e carcinogênico.

A Lei 7.802/1989, vigente hoje no Brasil, determina que se no momento da identificação do perigo, que é a primeira etapa da avaliação de risco, ficar constatado que uma substância é carcinogênica ou causa mutação genética, má-formação congênita ou dano hormonal, ela não pode obter o registro, e as demais etapas nem começam.

Pelo PL do Veneno, o processo de avaliação de risco sempre seguirá até o fim, mesmo se na primeira etapa, que é a de "identificação do risco", for apontado que o agrotóxico é mutagênico, por exemplo.

AS ETAPAS DA AVALIAÇÃO DE RISCO

1
2

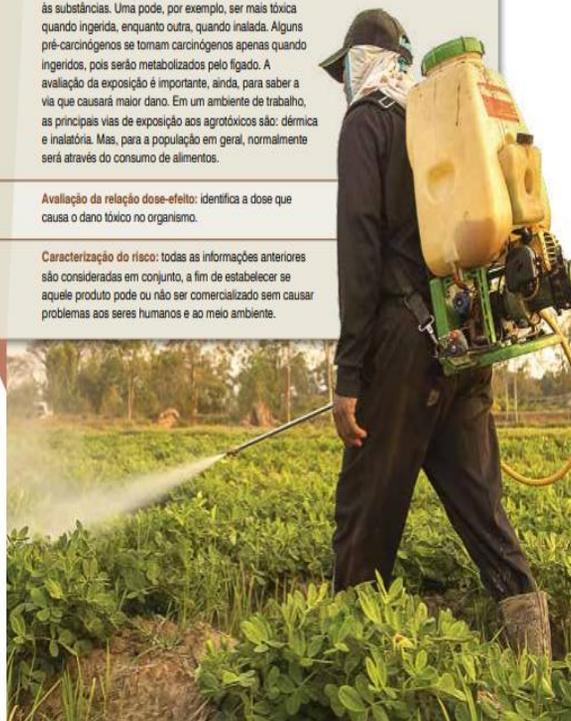
Identificação do perigo: indica a toxicidade da substância.

3
4

Avaliação da exposição: determina as formas/vias de exposição às substâncias. Uma pode, por exemplo, ser mais tóxica quando ingerida, enquanto outra, quando inalada. Alguns pré-carcinógenos se tornam carcinógenos apenas quando ingeridos, pois serão metabolizados pelo fígado. A avaliação da exposição é importante, ainda, para saber a via que causará maior dano. Em um ambiente de trabalho, as principais vias de exposição aos agrotóxicos são: dérmica e inalatória. Mas, para a população em geral, normalmente será através do consumo de alimentos.

Avaliação da relação dose-efeito: identifica a dose que causa o dano tóxico no organismo.

Caracterização do risco: todas as informações anteriores são consideradas em conjunto, a fim de estabelecer se aquele produto pode ou não ser comercializado sem causar problemas aos seres humanos e ao meio ambiente.



Em nome da biodiversidade

A agroecologia se caracteriza por ser um sistema produtivo socialmente inclusivo, sustentável e economicamente viável. É um modelo diferente do agronegócio, que pressupõe grandes áreas com monocultura (cultivo de um único produto), uso de agrotóxicos e transgênicos e uma produção voltada prioritariamente para exportação, além da mecanização do trabalho – ou seja, a atividade é feita basicamente por máquinas.



ALTERNATIVAS POSSÍVEIS

Como contraponto ao PL do Veneno, foi instalada uma comissão especial na Câmara para analisar a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA), que busca ampliar os investimentos públicos em uma produção agrícola que atenda às necessidades de produção alimentar em quantidade, qualidade e diversidade, além de promover a saúde humana e a proteção e a conservação ambientais.

“O País ganha muito com a compreensão agroecológica.” “O agricultor familiar precisa ser incentivado a produzir sem agrotóxicos e necessita inicialmente de subsídios para a transição agroecológica. Atualmente, ele é estimulado a comprar o ‘combo’ formado por sementes – muitas vezes transgênicas – e agrotóxicos para conseguir o crédito rural.”

Marcia Sarpa, toxicologista da área de Ambiente, Trabalho e Câncer do INCA.

Fonte: acesso em 14/12/2018 em:

<https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//rrc-42-capa.pdf>

APROXIMAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS DE SAÚDE E A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA



O Brasil, no seu modelo agrícola convencional utiliza grande quantidade de agrotóxicos. A exposição ocupacional e/ou ambiental a agrotóxicos está relacionada com diversos efeitos sobre a saúde humana, seja através da intoxicação aguda ou crônica, podendo apresentar desde manifestações subclínicas até casos fatais. No enfrentamento desta problemática, uma das soluções que se apresenta é o **modelo produtivo agroecológico**.

A produção agroecológica tem grande pioneirismo no Estado. Temos o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO), com várias metas estabelecidas até 2019. As ações buscam um desenvolvimento sustentável, preservação e conservação ecológica com inclusão social, segurança e soberania alimentar e diversidade agrícola, biológica, territorial da paisagem e cultural.



O Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) é uma das 40 instituições que tem metas articuladas no PLEAPO. Uma delas é levar ao conhecimento dos profissionais de saúde o modelo de produção agroecológico. Neste intuito, no período de 2016 até dezembro deste ano, foram levados mais de 90 profissionais de saúde a visitar produtores agroecológicos.

O Informativo Vigisolo tem como premissa estimular o consumo de produtos agroecológicos oriundos principalmente de feiras orgânicas. Na edição nº 2, foram mapeadas as feiras orgânicas existentes nos municípios do Estado. Procure a feira mais próxima de sua região, ou no site do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA) quais são os produtores cadastrados. Seguem os links:

<https://cevs.rs.gov.br/informativo-vigisolo>

<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>

TESE IDENTIFICA OS AGROTÓXICOS PRIORITÁRIOS PARA A VIGILÂNCIA DA ÁGUA DE CONSUMO HUMANO



Um trabalho que identificou os agrotóxicos prioritários para a vigilância da água de consumo humano no estado de São Paulo, foi apresentado por Rubens Mário Júnior, em 2013, como tese de Mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP).

Nesse estudo, foram identificadas as principais culturas representativas no agronegócio paulista e os respectivos agrotóxicos licenciados para serem empregados nessas culturas. Após uma série de cálculos, foram listados 86 princípios ativos considerados prioritários para o cenário do estado.

Foram identificadas as águas superficiais, águas subterâneas, demandas por consumo de água e outorgas para utilização urbana, industrial e agropecuária, as vocações econômicas por unidade de gerenciamento de recursos hídricos e a qualidade dos reservatórios, através do Índice de Qualidade da Água (IQA) para águas superficiais, do Índice de qualidade de água para fins de abastecimento público (IAP) e o Indicador de potabilidade das Águas subterâneas (IPAS).



Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública



Identificação dos agrotóxicos prioritários para a
vigilância da água de consumo humano no
Estado de São Paulo

Rubens José Mário Júnior

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Pública para
obtenção do título de Mestre em ciências.

Área de concentração: Saúde Ambiental
Linha de Pesquisa: Política, Planejamento
e Gestão Ambiental.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adelaide Cássia
Nardocci

São Paulo
2013

FONTE: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-23102013-160714/publico/RubensJoseMarioJunior.pdf>

INTOXICAÇÕES POR GLIFOSATO AUMENTAM NO BRASIL

Dentre as conclusões de estudo elaborado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde, percebeu-se um aumento de notificações de intoxicação exógena relacionadas ao glifosato no período de 2007 a 2016 no Brasil. O glifosato, utilizado na eliminação e controle de ervas daninhas em culturas e lavouras, é um dos agrotóxicos mais vendido no país. De acordo com o trabalho, o perfil mais comum dos casos notificados é do sexo masculino, a faixa etária de maior ocorrência é a de 21 a 50 anos e há predominância de indivíduos de baixa escolaridade.

Os casos aumentam nos períodos do início e final dos anos avaliados, sendo que alguns fatores podem contribuir para essa tendência, como o índice pluviométrico, temperatura, forma e época de aplicação dos agrotóxicos na lavoura durante o ano. A tentativa de suicídio foi a circunstância de proporção mais frequente no período analisado, e, quando relacionado à zona de exposição, a incidência por esta circunstância foi mais alta no meio rural do que no urbano, o que pode ter ligação com o fácil acesso dessa população ao produto. Acesse este estudo na íntegra em:

<http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/dezembro/04/BE-2018-31-Glifosato.pdf>

Boletim Epidemiológico

50

Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde

Volume 49 | Nov. 2018

Casos notificados de intoxicações exógenas relacionadas ao glifosato no Brasil, no período de 2007 a 2016

MAIS DE 50 CASOS DE INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICO EM UM MUNICÍPIO DO PARANÁ



No início de novembro, várias pessoas procuraram atendimento médico no município de Espigão Alto do Iguaçu devido à intoxicação por agrotóxico, segundo reportagem do Jornal Tarobá, de Cascavel. O município, de 5 mil habitantes, fica no centro-oeste paranaense na região de Quedas do Iguaçu, cerca de 356 quilômetros da capital e tem a agricultura como econômica principal.

De acordo com a 10ª Regional de Saúde do Paraná, um agrotóxico foi aplicado por um agricultor no dia 10 de novembro. Dois dias depois, 51 pessoas foram atendidas apresentando os mesmos sintomas: tosse, fortes dores abdominais, vômitos, dores na garganta, ardência nos olhos.

A médica Lilimar Regina Naldony Mori, chefe da Divisão de Vigilância em Saúde da Secretaria da Saúde do Paraná, responsável pelo atendimento, classificou os casos como intoxicação aguda e leve. Além disso, a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), órgão fiscalizador do meio ambiente da Secretaria Estadual de Agricultura, foi acionada para realizar suas ações no município.

Este tipo de acidente ocorre por falta de regramento que estabeleça distâncias mínimas entre a pulverização terrestre de agrotóxicos e núcleos populacionais, moradias, áreas urbanas e escolas em todo o país.

Vítimas sofrem intoxicação por agrotóxico e precisam de atendimento médico



Redação Tarobá News

Ciência e saúde | Publicado em 13/11/2018 às 21:16



A reportagem pode ser acessada no link:

<https://tv.tarobanews.com/jornal-taroba-2-edicao-9/2018/11/13/vitimas-sofrem-intoxicacao-por-agrotoxico-e-precisam-de-atendimento-40186/v/>

EXPEDIENTE

Endereço eletrônico do Boletim Informativo do VIGISOLO:
vigisolo-rs@saude.rs.gov.br

Secretaria Estadual da Saúde

Centro Estadual de Vigilância em Saúde/RS

Rua Domingos Crescêncio, 132. Bairro Santana | Porto Alegre | RS | Brasil.
CEP 90650-090.

Dúvidas e/ou sugestões

Entrar em contato com a Equipe de Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Solos Contaminados – VIGISOLO. **Telefone:** (51) 3901 1081

Chefe da DVAS/CEVS - Lucia Mardini

Equipe:

Eduardo Kotz Bard – Engenheiro Químico

Natascha Melo Linkievicz – Estagiária de Farmácia

Sílvia Medeiros Thaler – Bióloga

Simone Gonçalves Menegotto – Nutricionista

Colaboraram nesta edição:

Vanda Garibotti – Bióloga

Divisão Vigilância Sanitária/Setor de Alimentos

AVISO:

O Informativo VIGISOLO é de livre distribuição e divulgação, entretanto o VIGISOLO não se responsabiliza pelo uso indevido de estas informações.